

O MOVIMENTO ESTUDANTIL EM 1977 E A ATUAÇÃO POLÍTICA DA REVISTA VEJA¹⁴⁶

Juliana Caetano Vaccari Tezini¹⁴⁷

Resumo: A proposta deste artigo é mostrar como a revista **Veja**, através de suas construções discursivas, buscou desmobilizar a participação política dos estudantes universitários durante o ano de 1977. Tendo em vista que neste contexto histórico o movimento estudantil teve um importante papel na luta por liberdades democráticas, contestando a ditadura militar através de passeatas e atos públicos, os quais marcaram a volta dos movimentos sociais à cena social e política no Brasil.

Palavras-chave: Ditadura Militar; Movimento Estudantil; Revista Veja.

Abstract: The objective of this article is to show how the *Veja* magazine, through its discursive constructions, attempted to unblock the political participation of the university students during the year of 1977. It is important to underline that at this historical context the student movement had an important role considering the fight for democratic freedoms, contesting the military dictatorship through public walks and acts, which had marked the return of the social movements to the social and political scene in Brazil.

Key-words: Military dictatorship; student movement; *Veja* magazine.

Este artigo propõe mostrar como a prática discursiva da revista **Veja** estava vinculada a sua atuação política durante a ditadura militar no Brasil. A análise buscou identificar como a revista tratou a

¹⁴⁶ Este artigo é uma versão modificada do primeiro capítulo de Trabalho de Conclusão de Curso, defendido em 2006, o qual foi desenvolvido, em parte, no decorrer da pesquisa de iniciação científica (PIBIC/UNIOESTE/CNPq) finalizada em julho de 2006: “O movimento estudantil na perspectiva da revista *Veja*, durante a ditadura militar, de 1976 a 1988”, também orientado pela professora Dra. Carla Luciana Silva. O trabalho de iniciação científica foi premiado como melhor pesquisa em Ciências Humanas no XV Encontro Anual de Iniciação Científica - EAIC, realizado em agosto de 2006 na cidade de Ponta Grossa - PR.

¹⁴⁷ Graduada em História pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Endereço eletrônico: ju_tezini@yahoo.com.br.

rearticulação do movimento estudantil em 1977, após anos na clandestinidade. É preciso ressaltar que as lutas do movimento estudantil fazem parte de uma lacuna historiográfica, em termos da História mais recente do Brasil, especificamente em relação ao contexto que nos propomos analisar.

1.1 **Veja: uma referência nacional**

Neste tópico serão apresentadas algumas considerações acerca da trajetória da revista **Veja**, entre suas principais características, objetivos e obstáculos. Além disso, buscaremos discutir aspectos importantes apontados por pesquisas recentes que também abordaram a revista em questão.

A revista **Veja**, semanário de informações publicado pela Editora Abril, buscava seguir o padrão norte-americano de jornalismo, apresentando textos homogêneos, inspirados na **Time**,¹⁴⁸ revista americana (SOUZA, 1988: 75-105). Lançada em 11 de setembro de 1968, o objetivo da revista era se consolidar como um “*veículo de integração nacional*”, que pudesse oferecer ao leitor um leque variado de informações. No entanto o semanário se caracterizou em âmbito nacional “*por suas coberturas políticas*” (ABREU, 2001: 6001), e isso contribuiu para que após a promulgação do AI-5, em 13 de dezembro de 1968, **Veja** fosse censurada como os demais órgãos de imprensa.

Além da censura, o governo possuía a pressão econômica como forma de controlar os meios de comunicação, já que financiava o desenvolvimento tecnológico destes. Apesar da dependência financeira, **Veja** buscou se consolidar enquanto uma revista de resistência à ditadura, procurando burlar a censura. Isto favoreceu a imagem do semanário junto ao seu público leitor (classe média), transformando a revista, ao longo da década de 1970, em referência nacional e líder no mercado editorial,¹⁴⁹ com tiragens de aproximadamente 300 mil exemplares (SOUZA, 1988: 98).

¹⁴⁸ Isso explica o fato de que as matérias sempre eram atribuídas ao trabalho em equipe.

¹⁴⁹ É preciso destacar que a revista **Veja**, embora tenha se transformado em um sucesso editorial, passou por momentos em que as vendas não atingiram 20 mil exemplares, e nem mesmo havia anunciantes para todas as páginas dedicadas à publicidade, segundo dados apresentados por Ulysses Alves de Souza (jornalista que fez parte da equipe de **Veja** de 1968 a 1972).

No início de 1976 uma nova revista de informações de circulação nacional – **Isto é**, passou a ser publicada no Brasil (com a participação de Mino Carta¹⁵⁰). Embora fosse uma publicação mensal esta revista representou forte concorrência à revista **Veja**, pois logo em 1977 passou a ser semanal, constituindo-se num sucesso editorial e comercial, e trazendo reportagens sobre os movimentos antiditatoriais. (SPARANO, 2002: 100). Portanto, não é ao acaso que encontramos em **Veja** numerosas páginas que reportam a luta política dos estudantes em 1977.

É necessário destacar que estudos recentes vêm sendo realizados acerca da revista **Veja**, sob diversos enfoques. Juliana Gazzotti, em “Imprensa e Ditadura”, dissertação de mestrado em Ciências Sociais, buscou analisar a relação da revista **Veja** e a ditadura militar (de 1968 a 1985) através da análise das matérias que reportavam as sucessões presidenciais. Segundo Gazzotti, **Veja** sempre defendeu a redemocratização, mas como resultado da ação do próprio governo. Apenas quando a situação se tornou insustentável com a campanha das “Diretas-Já” é que a revista passou a apoiar a participação popular, de forma “pacífica”, isto é, dentro da ordem, sem maiores desdobramentos (GAZZOTTI, 1998).

Outro trabalho que nos indica o comportamento da revista em meio à ditadura militar, é a pesquisa de Ronaldo Sávio Paes Alves. Sua dissertação de mestrado em História, “Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969/1974)” demonstrou que a revista **Veja** passou a colaborar com o governo militar através da propaganda ideológica, legitimando as ações governamentais. Enaltecia a figura do presidente Médici por conta do “Milagre Econômico” e ao mesmo tempo incentivava o consumo dos produtos anunciados. Segundo o autor, a revista **Veja** foi o veículo de comunicação mais procurado pelos publicitários (ALVES, 2000).

Além destes, fazemos referência ao trabalho de Carla Luciana Silva, tese de doutorado, que buscou analisar o papel histórico da revista **Veja** de 1989 a 2002. A autora demonstrou como **Veja**, a partir da ação partidária, e suas práticas gerenciadoras e pedagógicas, disseminou o projeto neoliberal no Brasil por meio de diversas formas

¹⁵⁰ Carta fez parte da direção de **Veja** desde o projeto de seu lançamento. Somente com a sua saída é que a revista **Veja**, a partir de junho de 1976, deixou de ser censurada.

de convencimento. A revista além de indicar padrões de consumo e exaltar seu projeto político (através da exposição do que seria o rumo adequado ao país), procurou criminalizar os movimentos sociais, contribuindo para a construção e difusão do “pensamento único” – um mundo onde não existem alternativas ao desenvolvimento do capitalismo global (SILVA, 2005).

1.2 Quando os estudantes voltam às ruas: as primeiras manifestações

A primeira passeata de estudantes nas ruas de São Paulo teve a participação de três mil estudantes, e durou segundo o semanário, cerca de quatro horas. Passados mais de nove anos da denominada “*rebelião estudantil*”,¹⁵¹ a manifestação foi retratada por **Veja**, na seção São Paulo, como “*Nove horas de confusão*”,¹⁵² título da reportagem que indica sobretudo os equívocos dos estudantes. A matéria propositalmente destacou que “*O primeiro equívoco foi de ordem geográfica*”, isso porque o percurso da manifestação por mais verbas para USP, teria como ponto máximo uma parada em frente à secretaria da Educação que segundo o governo paulista, nas palavras de **Veja**, “*nada tem a ver com as verbas da USP*”.¹⁵³

Embora não tenha ocorrido repressão, o protesto era proibido pelo governo do estado. Por isso a revista fez questão de detalhar o aparato policial montado pelo secretário de Segurança, Coronel Antônio Erasmo Dias, para impedir que a passeata chegasse até o centro da cidade. Mas para **Veja** o “*segundo equívoco*”:

– este de efeitos desastrosos para a rotina de milhares de inocentes paulistanos. É verdade que, ao fim de tudo, nenhum estudante sofreria um arranhão – a polícia evitou sempre usar de violência contra eles. Em compensação, a cidade praticamente parou.¹⁵⁴

¹⁵¹ É preciso lembrar que “no Brasil, como no resto do mundo, o movimento estudantil explodiu em 1968”, cujas manifestações de protesto foram violentamente reprimidas. Além disso, com a edição do Ato Institucional nº 5 em dezembro de 1968, “para as esquerdas ficou definitivamente impossível qualquer mobilização de massa, restando apenas o mergulho na clandestinidade e para muitos na luta armada”. (PAES, 1997: 67).

¹⁵² Nove horas de confusão. **Veja**. 06/04/1977, p. 38.

¹⁵³ Idem, p. 38.

¹⁵⁴ Idem, p. 38.

Veja sugeriu, demarcado pela expressão *em compensação*, que se o aparato militar tivesse de fato se utilizado de repressão física no sentido de impedir a realização da manifestação, esta não teria causado nenhum problema à cidade. Nesta matéria é possível perceber que **Veja** enfatizou as perdas materiais ocasionadas pelo congestionamento de veículos, em detrimento das reivindicações estudantis. Ou seja, uma forma da revista dar o enfoque da notícia de acordo com seu posicionamento, passando a dar importância não ao significado da manifestação, mas aos seus desdobramentos – culpando os estudantes e minimizando a responsabilidade dos policiais.

1.2.1 Questões práticas X preocupações políticas

Veja procurou destituir o movimento de unidade, buscando dividir os estudantes entre aqueles que reivindicavam a melhora das condições de ensino, e de outro lado, os protestos que envolviam questões políticas. Isso é visível na edição de 13/04/1977, matéria que faz a cobertura da “*disposição estudantil para manifestar seu inconformismo*”, referindo-se aos problemas de caráter prático, como as precárias condições dos hospitais universitários. Nessa matéria as manifestações de cunho político foram noticiadas através de uma foto e algumas linhas, as quais não expressaram claramente os motivos dos protestos:

Com exceção de Porto Alegre, onde se registraram manifestações de caráter político (em protesto contra prisões de colegas e recentes medidas do governo, como o fechamento do Congresso), a ‘mobilização’ estudantil no Rio de Janeiro, em Brasília, e São Paulo está vinculada a problemas práticos.¹⁵⁵

Há uma evidente omissão das circunstâncias que implicaram no protesto de estudantes, no Rio Grande do Sul. Ou seja, a construção discursiva, no caso do fragmento acima, demonstra que a revista empregou o padrão de *ocultação* (ABRAMO, 2003: 25), padrão de manipulação da imprensa, precisamente caracterizado por Perseu Abramo como “*silêncio militante*”, uma forma de se ocultar fatos deliberadamente. A revista, neste caso, optou por noticiar os assuntos “práticos”. Segundo Romagnoli e Gonçalves:

¹⁵⁵ Um certo inconformismo. **Veja**. 13/04/1977, p. 49.

A movimentação estudantil atinge também o sul do país. Os estudantes da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, da Pontifícia Universidade Católica e da Universidade do Vale dos Sinos, fazem no dia 5 de abril, uma passeata diante da reitoria da UFRGS em protesto contra a prisão, duas semanas antes, de 21 estudantes, professores e um jornalista. A polícia cercou o campus, limitando-se a observar a manifestação contra ‘prisões arbitrárias, cassações, o fechamento do Congresso e atos e leis repressivas’ (GONÇALVES E ROMAGNOLI, 1979: 26).

Mas porque a revista não apresentou as questões políticas? Uma possível resposta a isso se encontra no editorial desta edição, em que a construção discursiva do final da Carta ao leitor, colocou **Veja** supostamente “*acima da sociedade*” (MORETZSOHN, 2002: 56), o que permitiu a ela dizer como o Brasil reagiu ao fechamento do Congresso: “*Com o debate interrompido, fica apenas a esperança de um poder usado com moderação – postura que o Brasil, cansado de tantas crises mas sempre paciente, ainda esta vez se dispõe a adotar*”.¹⁵⁶ Tal prática, além de silenciar os protestos que ocorreram em razão do recesso no Congresso por meio do AI-5, indica o modo como seus leitores deveriam se portar diante de mais uma medida autoritária da ditadura militar – pacientemente, sem ação.

A matéria “*Os novos sinais de vida*”, pontuou as principais reivindicações estudantis, e a organização dos estudantes em vários Estados. Mas **Veja** ao comentar uma declaração de membros da Associação de Professores da PUC-RJ, que buscavam “*denunciar a política de elitização do ensino no país*”, demonstrou no subtítulo “*Manifestos*”, sua principal preocupação:

Por enquanto, posições como essa têm marcado o limite máximo até onde os estudantes se aventuram no terreno ideológico - *sensatamente*, eles fizeram questão de repudiar manifestações como as contidas num misterioso documento de quatro laudas e meia espalhado na PUC carioca na última quinta-feira. *Descambando para um vocabulário extravagante* (“tendo em vista o objetivo estratégico da luta pelo socialismo”), o panfleto foi classificado como inautêntico pelo Diretório Central dos Estudantes da PUC – e sua autoria atribuída ‘a meios interessados em caracterizar nosso movimento como ação extra-universitária’.¹⁵⁷

¹⁵⁶ Carta ao leitor. **Veja**. 13/04/1977, p. 19.

¹⁵⁷ Os novos sinais de vida. **Veja**. 20/04/1977, p. 76. Grifos meus.

Através das expressões discursivas em destaque percebemos que em alguma medida **Veja** procurou indicar a direção das mobilizações estudantis, já que desde o início das manifestações a revista observou que assembléias e reuniões estavam sendo organizadas com vistas a uma campanha nacional. Dessa forma, o semanário buscou construir um sentido discursivo que contrário a qualquer manifestação de caráter socialista, acabou por expressar claramente seu posicionamento político-ideológico.

1.3 Os rumos do movimento estudantil: uma preocupação constante em **Veja**

A manifestação convocada pelos DCEs da USP e da PUC-SP, realizada no dia 05/05/1977, concentrou, segundo **Veja** cerca de 10.000 pessoas. O “*ápice da tensão*” se deu quando bombas de gás lacrimogêneo foram lançadas contra a “*multidão*” por “*cinco policiais à paisana*”.¹⁵⁸ Para a revista,

Pareceu iminente, para quem se lembrava, a reedição dos conflitos de rua dos turbulentos idos de 1968. (...) Nesse momento, todavia, os estudantes resolveram simplesmente sentar-se no asfalto e ler em coro, mais uma vez, o texto de uma ‘carta aberta à população’ – ‘Hoje, consente quem cala’.¹⁵⁹

A matéria abordou as mobilizações no sentido de discutir os rumos das manifestações estudantis. **Veja** não especificou os principais pontos, nem mesmo publicou na íntegra as principais reivindicações presentes na carta aberta. Segundo Gonçalves e Romagnoli a manifestação reivindicava a revogação da prisão de oito pessoas, entre elas estudantes e trabalhadores, acusados de pertencer à Liga Operária e distribuir materiais considerados subversivos a operários no dia 01/05/1977 em São Bernardo do Campo.¹⁶⁰ No editorial, assinado por José Roberto Guzzo, **Veja** demonstrou sua principal apreensão:

¹⁵⁸ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 20.

¹⁵⁹ Idem, p. 20.

¹⁶⁰ De acordo com T. Gonçalves e L. Romagnoli, o material subversivo apreendido constituiu-se em “duas máquinas de escrever, sendo uma elétrica, um pôster do Che Guevara, um retrato de Karl Marx, livros, panfletos e prospectos e fascículos da coleção ‘As Revoluções’” (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 27).

*Há o justo receio, porém de que as manifestações estudantis possam evoluir para níveis indesejáveis e de que o anseio dos universitários por mais participação na vida política tome rumos errados – algo que as próximas semanas deverão definir.*¹⁶¹

Portanto, a revista não abriu espaço para noticiar que os estudantes também estavam lutando “*pelos interesses da maioria da população explorada: contra a carestia, fim do arrocho salarial, liberdade de organização e expressão para reivindicar os seus direitos*” (POERNER, 1978: 362-363).¹⁶² **Veja** não discutiu a fundo as questões levantadas pelos estudantes, mas sim, expressou o receio de que se as mobilizações seguissem numa direção análoga ao movimento estudantil de 1968, poderiam desencadear medidas autoritárias por parte da ditadura militar, já que “*ninguém poderia ignorar que foi no auge de uma galopada semelhante que, em 1968, nasceu o AI-5*”.¹⁶³

Nessa mesma reportagem **Veja** fez alusão às palavras de ordem entoadas em 1968, com o subtítulo “*Refrões proscritos*”, afirmando que “*outros refrões mais ousados, como ‘abaixo a ditadura’, (...) e ‘pela Assembléia Constituinte’*” foram deixados de lado pelos estudantes, momentaneamente. Em contrapartida, as palavras de ordem “*fim às torturas e perseguições políticas*”, “*libertação dos companheiros presos*”, “*anistia ampla e irrestrita*”, e “*pelas liberdades democráticas*” eram caracterizadas pela revista como sendo menos ousadas, sugerindo uma despolitização do movimento estudantil. Deste modo, percebemos que **Veja** buscou evitar uma suposta radicalização do movimento estudantil através de diversas formas.

Para Abramo, “*isolados como particularidade de um fato, o dado, a informação, a declaração perdem todo o seu significado original e real para permanecer no limbo, sem significado aparente, ou receber outro significado, diferente e mesmo antagônico*” (ABRAMO, 2003: 28). Portanto, além da seleção dos aspectos a serem noticiados, existe a descontextualização desses aspectos. Assim, podemos notar que através do *padrão de fragmentação* a revista acaba negando a noção de processo histórico.

Em outro momento da mesma reportagem, **Veja** fez referência ao então governador de São Paulo:

¹⁶¹ Carta ao leitor. **Veja**. 11/05/1977, p. 19. Grifos meus.

¹⁶² A “carta aberta à população” foi transcrita do Jornal do Brasil de 06/05/1977.

¹⁶³ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 24.

Diretor da extinta UNE nos anos 50, Martins reafirmou na quinta-feira sua oposição a passeatas, ‘que atrapalham a vida de todos os cidadãos’. Mas garantiu a integridade física dos oito presos no DOPS, além de esclarecer que, ‘se não for terrorismo, não haverá problema algum’. Por fim, o governador assegurou que a passeata de quinta-feira não interromperá as tentativas de diálogo com os estudantes, que vêm empreendendo desde a manifestação de 30 de março.¹⁶⁴

Nesta matéria a revista explorou um recurso muito utilizado na produção de textos jornalísticos, o padrão da *inversão*, (ABRAMO, 2003: 28) em que ocorre a inversão do fato pela versão oficial, chamado por Perseu Abramo de *oficialismo*. A tática consiste na incorporação de falas oficiais ao longo das matérias publicadas, o que permite ao mesmo tempo transmitir a posição da revista e ocultar seus interesses. No caso do fragmento acima, **Veja** ressaltou o antigo vínculo de uma autoridade com a então extinta União Nacional dos Estudantes¹⁶⁵ e seu posicionamento contrário a manifestações, para com isso criar consenso nos leitores em torno da idéia de que as manifestações de rua (ou atos terroristas) seriam práticas prejudiciais à sociedade, o que expressa o comprometimento da revista na busca pela manutenção da ordem social estabelecida.

Na seqüência das reportagens, nota-se a presença de críticas ao movimento, no sentido de questionar as escolhas táticas. Em meio às sucessivas narrativas, junto às informações sobre os desdobramentos das manifestações, como o apoio de estudantes de diversas instituições de ensino superior do país, **Veja** teceu seus comentários:

*Outros reflexos da inexperiência poderiam ter conseqüências piores, se fosse maior o número de bombas de gás lacrimogêneo que seriam mais tarde lançadas por policiais. ‘Ninguém trouxe amoníaco?’, perguntou então um dos manifestantes, conhecedor de um dos raros antídotos para os efeitos do gás.*¹⁶⁶

Outro comentário no mesmo sentido é expresso na edição de 18/05/77, em que o semanário buscou alarmar o movimento

¹⁶⁴ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 25.

¹⁶⁵ Paulo Egydio Martins foi eleito presidente da UNE em 1949. Segundo entrevista concedida à edição especial dos 60 anos da UNE, Martins teria declarado “nós passamos a ser o grupo de direita, por que nós tínhamos idéias de direita? Não, porque nós tínhamos derrotado a esquerda”. (UNIAO NACIONAL DOS ESTUDANTES, 1997: 26).

¹⁶⁶ Novas figuras na política. **Veja**. 11/05/1977, p. 24. Grifos meus.

estudantil, afirmando que “*Portanto, vós mais ousados estariam irremediavelmente condenados ao fracasso*”.¹⁶⁷ Tal afirmação nos indica que a revista possuía uma ação sistemática na tentativa de influenciar as práticas estudantis. Isso pode ser visualizado, do mesmo modo, nos momentos em que **Veja** publicou depoimentos de estudantes:

‘Eu fiquei chocada com o aparato repressivo, não sabia que era tudo aquilo’, dizia na quinta-feira uma das organizadoras da manifestação de Belo Horizonte. Também por isso, os líderes estudantis, que até agora têm compensado seu noviciado com uma surpreendente, intuitiva moderação, parecem dispostos a evitar os riscos de radicalização.¹⁶⁸

Esta declaração foi ressaltada na mesma página através do depoimento de um advogado que participou de assembléias em 1968, o qual assegurou: “*A verdade é que a massa universitária sempre foi progressista, mas moderada*”.

Em “Os riscos da escalada”, **Veja** afirmou que a “*escalada das manifestações estudantis (...) configurava um desafio*” para o governo. A revista apontou para o fato de que após uma audiência realizada entre o presidente Ernesto Geisel e o ministro da Justiça, Armando Falcão, uma nota oficial fora distribuída para “*emissoras de rádio e televisão – até então proibidas de qualquer menção a manifestações estudantis*”, documento do qual, **Veja** ressaltou os principais pontos, entre eles: “*passeatas, concentrações de protesto em logradouros públicos, assim como outras demonstrações contestatórias, são distúrbios de fundo e fim subversivos, não podendo, em consequência, ser tolerados*”.¹⁶⁹

Entretanto, no dia seguinte, após a divulgação da nota, estudantes de Minas Gerais apesar de não saírem em passeata, como haviam programado, com objetivo de apoiar as reivindicações dos estudantes de São Paulo (da manifestação do dia 05/05/1977), realizaram segundo **Veja**, uma concentração “*pacífica*” no pátio da Universidade de Minas Gerais, com 5000 pessoas, prática incomum na capital mineira desde 1968.¹⁷⁰ A prática discursiva da revista ao

¹⁶⁷ Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 27.

¹⁶⁸ Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 27.

¹⁶⁹ Idem, p. 25.

¹⁷⁰ Idem, p. 26.

caracterizar concentrações ou manifestações como sendo *pacífica*, buscava contrapor tais movimentos às guerrilhas urbanas. Esta denominação apareceu com frequência nas matérias que abordaram os atos públicos de estudantes, legitimando a repressão policial.

No Rio de Janeiro, as passeatas também programadas para terça-feira reuniram segundo **Veja**, 7000 pessoas na PUC, que: “*prudentemente cancelaram uma temerária passeata até o centro da cidade, policiais em trajes de combate a guerrilhas urbanas não ultrapassaram os portões da PUC – e mais uma vez tudo acabou em paz*”.¹⁷¹ Ou seja, a revista sugere de que forma o movimento estudantil deveria se comportar, “*prudentemente*”, caso contrário, o confronto direto seria imediato, o que por sua vez abalaria a “paz” que **Veja** sustentava. Notamos também, através da expressão “*temerária*”, citada no fragmento acima, como **Veja** aspirava alarmar os estudantes sobre as possíveis ações repressivas contra protestos políticos.

A reportagem na medida em que informou sobre os estudantes de vários Estados que haviam distribuído a “*carta aberta à população*” (com o mesmo texto que foi entregue no dia 05/05/1977 pelos estudantes de São Paulo¹⁷²), noticiou as prisões de estudantes realizadas em Curitiba, São Carlos e Fortaleza. **Veja** reafirmou que “*É provável, assim, que o governo esteja disposto a impedir a qualquer custo a seqüência de protestos – mesmo que para isso a Polícia precise cruzar as fronteiras do campus*”.¹⁷³ A justificativa seria o discurso de um dos líderes da Arena na Câmara Federal: “*O movimento em São Paulo, é público e notório, está infiltradíssimo de ideologia comunista’ sustentou Sampaio*”.¹⁷⁴

O semanário citou uma “*alta fonte do Palácio do Planalto*”,¹⁷⁵ a qual declarou que “*as manifestações foram contaminadas pela subversão, e o governo não vai permitir que esse foco degenerem*”. Portanto, a presença da repetição de argumentos contra a “*subversão*”, a “*radicalização*”, ou a “*ideologia comunista*”, constitui-se numa das táticas da revista para alarmar e orientar o movimento, no sentido de indicar como a participação política dos estudantes deveria ser empreendida – longe

¹⁷¹ Idem, p. 26.

¹⁷² Os riscos da escalada. **Veja**. 18/05/1977, p. 26.

¹⁷³ Idem, p. 27.

¹⁷⁴ Idem, p. 27.

¹⁷⁵ Idem, p. 26. Não indicar suas fontes do governo, constitui-se numa das práticas constantes da revista que nos chamou atenção.

de uma política com fins socialistas, evidenciando mais uma vez sua postura anticomunista legitimando a violência policial.

1.3.1 Protestos pela Anistia: a cobertura de *Veja* sobre o Dia Nacional de Luta pela Anistia

Na seqüência das movimentações, **Veja** reportou o comparecimento de dez mil pessoas à Faculdade de Medicina da USP, no Dia Nacional de Luta pela Anistia, e registrou o impasse durante a organização da manifestação após a ocorrência da repressão policial.¹⁷⁶ Como havia “*cerca de 1000 estudantes e 2000 populares (...) no interior da Faculdade de Direito*”, os organizadores optaram por permanecer no local e realizar o ato público ali mesmo, em vez de ir ao encontro dos demais manifestantes, com o intuito de não se chocar com o “*monumental esquema arquitetado pela Secretaria da Segurança Pública de São Paulo e comandado pessoalmente pelo coronel Antônio Erasmo Dias*”.¹⁷⁷ **Veja**, seguindo a mesma linha da reportagem anterior, teceu conclusões sobre os acontecimentos:

Foi um sensato raciocínio, que todavia não escaparia, no dia seguinte, às iradas críticas do grupo Liberdade e Luta, a principal força de oposição à diretoria da USP. (...) ‘O movimento estudantil tem que fazer uma crítica severíssima’, *esbravejaram* seus líderes na tarde de sexta-feira, numa assembleia de avaliação dos feitos do Dia Nacional de Luta em São Paulo.¹⁷⁸

Portanto, podemos perceber através deste fragmento que a abordagem além de trazer a opinião do semanário, de que a permanência no *campus* “*Foi um sensato raciocínio*”, também procurou indicar a direção das manifestações, no sentido de permanecerem “*pacíficas*”.

Ao mesmo tempo a revista enfocou as divergências suscitadas no meio estudantil, após a decisão de não saírem em passeata, como o programado, pois segundo citação de **Veja**, de um dos líderes do grupo Liberdade e Luta, “*Ficando na Faculdade de Medicina, nós traímos os setores*

¹⁷⁶ Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/1977, p. 26.

¹⁷⁷ Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/1977, p. 26.

¹⁷⁸ Idem, p. 26. Grifos meus.

populares que se organizaram numa manifestação espontânea no centro da cidade".¹⁷⁹ No quadro "O que pensam os novos líderes da USP", o semanário mencionou os pontos comuns e divergentes dos principais grupos – Refazendo, e Liberdade e Luta, que disputavam as eleições do Diretório Central de Estudantes da USP, DCE-livre Alexandre Vanucchi Leme:

Ao contrário das falecidas agremiações de 1968, Refazendo e Liberdade e Luta exibem numerosas características comuns – a começar pela disposição de evitar o florescimento de exageros personalistas, traduzida no papel secundário atribuído aos nomes dos candidatos.¹⁸⁰

Esse tipo de construção discursiva, bastante recorrente em **Veja**, ao mesmo tempo em que procurou cristalizar no passado a experiência vivida pelo movimento estudantil em 1968, também buscava manter viva. Ainda na mesma matéria, **Veja** citou uma suposta declaração de um dos diretores do DCE: "*Ele admite a importância da existência de líderes reconhecidos pelos universitários – mas corrente alguma parece disposta a patrocinar o surgimento de modernas versões das figuras de 1968, como Vladimir Palmeira ou Luiz Travassos*".¹⁸¹

A partir disso percebemos que há a presença das mesmas idéias, como por exemplo, a permanente caracterização do movimento estudantil de 1977 como algo distinto do movimento estudantil de 1968. A crítica tecida por **Veja** buscava impedir a radicalização do movimento, pois esta poderia causar retrocessos por parte do governo quanto ao processo de abertura política.

A luta pela Anistia constituía-se num movimento "*formalmente liberal*" que segundo Bernardo Kucinski "*acabou se impondo como de grande autenticidade e potencial mobilizador*" (KUCINSKI, 1982: 109). Mas **Veja** generalizou a participação de outros setores que não a categoria dos estudantes, citando-os como *populares*, como se não fizessem parte de nenhuma organização – como, por exemplo, o Movimento Feminino pela Anistia, MFA, criado em 1975. É possível perceber também a ênfase que **Veja** projetou sobre as falas oficiais:

Na noite de terça-feira, materializando uma decisão pessoal do presidente Ernesto Geisel, o ministro Ney Braga, da Educação, apareceu diante

¹⁷⁹ Idem, p. 26.

¹⁸⁰ Idem, p. 26.

¹⁸¹ Os estudantes, de novo. **Veja**. 25/05/1977, p. 28.

dos presumíveis 30 milhões de brasileiros presos em casa entre o “Jornal Nacional” e a novela “Duas Vidas” – e, através de uma cadeia nacional de rádio e televisão, dirigiu uma mensagem aos estudantes. Com voz pausada, o fluente, experimentado Braga enumerou realizações oficiais no campo da educação, mencionou mais uma vez a presença de ‘agitadores entre os estudantes’ e observou, otimista, que ‘a Universidade não aceitaria a radicalização’.¹⁸²

Portanto, a revista procurava estender sua preocupação ao demais leitores. Ou seja, nesse momento específico, em consonância com seu projeto político, **Veja** atuava na defesa das decisões governamentais. Segundo Bernardo Kucinski:

A liberalização da imprensa havia sido concebida por Geisel e Golbery, como operação ao mesmo tempo tática e estratégica do processo de abertura. (...) Golbery procurava, numa primeira etapa, reciclar os donos da imprensa e os principais editores, mostrar a eles que o governo estava interessado num grau de crítica, o suficiente para a intimidar a linha dura, mas não tanto que a assustasse e a levasse a reações incontroláveis. E, numa segunda etapa, substituir todo o aparato coercitivo de repressão policial-militar, por um novo aparato, de caráter ideológico, a própria imprensa (KUCINSKI, 1991: 57-58).

Deste modo, conforme Kucinski, a revista **Veja**, e os demais meios de comunicação, passaram progressivamente a ter seu trabalho livre da censura, ainda durante o governo Geisel, por conta dos conflitos políticos entre a *linha dura* e o grupo *castelista*, pois o grupo de militares pertencentes à linha dura era contrário ao processo de abertura, defendido por Geisel. Ernesto Geisel se tornou presidente em 1974, após o fim do “milagre brasileiro”, num contexto de crise econômica, por conta da alta do petróleo. Em seu mandato, propôs a abertura política de forma “lenta, gradual e segura”. Segura para a classe dominante, pois seria colocada em prática de cima para baixo, a partir da ditadura militar e de representantes políticos. Este processo “*consistiria basicamente em substituir os poderes discricionários e atos de exceção típicos de uma ditadura por ‘salvaguardas eficazes dentro do contexto constitucional’*” (KUCINSKI, 1982: 14 - 20).

Nesse sentido, Geisel autorizou a imprensa a relatar acontecimentos que envolviam torturas, já que o presidente aspirava

¹⁸² Idem, p. 28.

enfraquecer a chamada linha dura, grupo vinculado aos órgãos de repressão. É importante ressaltar que *“A atitude de Geisel, todavia, não colocou um ponto final nas ações repressivas. Conforme os atentados a bomba em fins de 1976 comprovaram, bem como a violência da polícia paulista sob Erasmo Dias, elas somente mudaram de mãos”* (MATHIAS, 1995: 126).

Além disso, a autocensura presente na revista, através do próprio corpo jornalístico, procurou de maneira “conciliatória” não acirrar o processo de abertura. Desta forma, com a grande movimentação estudantil, **Veja** se posicionou contra a radicalização da crescente participação política dos estudantes.

1.4 Estudantes X Ação repressiva do Estado: da greve da UnB ao III ENE

1.4.1 O “*caso UnB*” e a atuação de **Veja**

Na edição de 01/06/1977 **Veja** novamente tornou público o calendário de atividades estudantis, – *“Encontro Nacional dos Estudantes, dia 4 de junho, em Belo Horizonte, e por um segundo Dia Nacional de Luta pela Anistia, previsto para 15 de junho”* – trazendo também, declarações de estudantes:

De qualquer modo, os manifestantes de hoje se mostram empenhados em *evitar os excessos de 1968*, quando os organizadores de uma escalada que a certa altura levou às ruas presumíveis 100.000 pessoas desembocaram ‘num vanguardismo que os conduziu ao isolamento e à radicalização’, segundo analisa um dos líderes do atual movimento carioca.¹⁸³

As matérias publicadas na revista **Veja** durante este período de constante movimentação, são marcadas por sucessivas e às vezes longas narrativas entre as quais é possível perceber alguns comentários feitos por **Veja**. Ao noticiar esses acontecimentos a revista atribuiu um determinado sentido aos fatos, sentidos estes que segundo Bethânia Mariani além de serem produzidos como únicos, negam a possibilidade de que outros sentidos possam vir a emergir. Dessa forma

183 Longe da trégua. **Veja**. 01/06/1977, p. 23. Grifos meus.

o discurso é articulado com um “já-dito”, uma “memória” que busca representar o “outro” como inimigo (MARIANI, 1998, 149).

Segundo João Roberto Martins Filho, na década de 1960, o movimento estudantil passa a se mostrar mais radical em seu caráter político-social. Pois possuía organização, autonomia e era articulado com a esquerda (MARTINS FILHO: 1987). Ou seja, o movimento estudantil do final da década de 1960 é considerado pela revista como o “inimigo”, uma vez que nas reportagens durante o ano de 1977 o movimento era apresentado por **Veja** como sinônimo de radicalização, isto é, postura que deveria ser evitada pelo movimento estudantil. E **Veja** para legitimar este argumento, apresentou declarações estudantis que confirmam a tese presente no fragmento acima, de que foi por conta de “*excessos*” que o movimento havia se desarticulado, pois sua atuação teria se desdobrado num “*vanguardismo que os conduziu ao isolamento e à radicalização*”. Além disso, **Veja** não mencionou que isto não foi fruto, exclusivamente, da ação do movimento estudantil, mas foi principalmente produto da ação repressiva do Estado. Portanto, podemos notar, mais uma vez, a presença do silêncio militante, e a descontextualização dos fatos em **Veja**.

Nessa matéria o título “*Longe da trégua*” é bastante sugestivo, pois possui vários sentidos. Um deles reforça a idéia de que o “conflito”, a suposta guerra entre estudantes e governo não tinha previsão para chegar a um entendimento, por conta do prolongamento das mobilizações estudantis em diversos Estados. Outro se reporta ao fato de que o reitor da Universidade de Brasília estava refletindo sobre como punir os diretores do DU, Diretório Universitário que segundo ele teriam organizado as mobilizações ocorridas em Brasília. Um outro sentido paralelo a este remetia a uma indefinição a respeito das atitudes do governo em relação ao movimento estudantil, dizendo que “*parecia ganhar força em Brasília a tese de que a ofensiva oficial deve passar inteiramente para a esfera dos órgãos de segurança*”.¹⁸⁴

Ainda com relação a esta reportagem, a revista afirmou no subtítulo “*Divergências semânticas*” que os estudantes do Rio de Janeiro “*a exemplo do movimento paulista (...) começam a exhibir divergências internas*”. Mas que, “*Rivalidades à parte, porém, líderes estudantis de todo o país assinalam que, por enquanto, prevalecem sólidas bandeiras comuns*”. Na

¹⁸⁴ Longe da trégua. **Veja**. 01/06/1977, p. 23.

seqüência, **Veja** fez referência ao III Encontro Nacional de Estudantes que seria realizado em Belo Horizonte, alertando que:

A disposição de ressuscitar conclaves nacionais de universitários, reafirmada na sexta-feira por uma nota oficial do DCE da UFMG, pode esbarrar na ofensiva que começa a ser desfechada pelo governo e que deverá incluir o retorno à televisão do ministro da Educação, Ney Braga, para novos apelos à trégua no campus.¹⁸⁵

Ou seja, havia uma grande preocupação do poder público em relação à rearticulação do movimento estudantil a nível nacional. E **Veja** reafirma isso várias vezes. Com relação ao encontro, em uma nota no final da página dessa reportagem, o semanário ainda esclareceu que:

Segundo o DCE [da UFMG], os temas em debate serão três: ‘formas de organização’, ‘condições de ensino’ e ‘situação política do país’. A reunião não será clandestina, mas a ela só terão acesso repórteres credenciados, sendo impedida a presença de fotógrafos. Até o final da semana o local da reunião ainda não havia sido divulgado.¹⁸⁶

Após o dia do “encontro” a revista noticiou que este foi considerado uma “*reunião ilegal e subversiva*”, embora a edição anterior afirmasse o oposto. Conforme o semanário, seus participantes deveriam ser presos e “*enquadrados na Lei de Segurança Nacional*”, e isso seria realizado “*por tropas combinadas da Polícia Militar, do DOPS e da Polícia Metropolitana (Metropol)*”. Em seguida narrou detidamente o plano de repressão ao encontro, tanto que chegou a afirmar que “*uma autoridade do DOPS de Belo Horizonte informava a VEJA: ‘Vou fazer uma boa pescaria’*”.¹⁸⁷

Veja, ao mesmo tempo em que mostrou a articulação da repressão, noticiou que o reitor da UnB havia suspenso dezesseis alunos, considerados “*responsáveis pela manifestação que reuniu cerca de 2.000 alunos no campus no dia 19 de maio*”. Segundo assessores do reitor, foram punidos apenas os “*organizadores*” da manifestação. De acordo com o semanário, após a suspensão, uma greve geral dos 15.800

¹⁸⁵ Longe da trégua. **Veja**. 01/06/1977, p. 23.

¹⁸⁶ Idem, p. 23.

¹⁸⁷ Encontro, prisões, greve. **Veja**. 08/06/1977, p. 22.

estudantes foi iniciada “*em represália à atitude do reitor*” e a Universidade “*começava a viver a sua mais séria crise desde que, em 1968 o campus foi ocupado por tropas policiais*”.¹⁸⁸

1.4.2 **Veja entre estudantes e o governo: a busca pelo “diálogo”**

A reportagem “*Da sra. Carter ao divórcio*”, apesar de trazer como personagem principal a esposa do presidente dos EUA, Rosalynn Carter, abordou três assuntos: a visita de Rosalynn, estudantes universitários, e o impasse gerado em torno de parlamentares cujos discursos eram considerados “subversivos”.¹⁸⁹ A matéria noticiou que senadores como José Magalhães Pinto e Henrique La Rocque da Arena, e Itamar Franco e Roberto Saturnino Braga do MDB, membros de uma comissão para mediar o diálogo entre reitoria da Unb e estudantes, estavam comprometidos em dar fim à greve, pois a comissão, segundo a revista, havia conseguido criar um acordo, em que o reitor suspenderia a punição dos dezesseis estudantes presos e os estudantes poderiam realizar uma assembléia, sem a observação da polícia, e voltar às aulas. Entretanto tal assembléia decidiu dar continuidade à greve. Para **Veja**:

No Palácio do Planalto oferecia-se a possibilidade de não serem denunciados pela rigorosa Lei de Segurança Nacional os estudantes detidos pela Polícia em Belo Horizonte, no final da semana atrasada. Poderia este gesto de boa vontade ser apreendido a tempo por grupos estudantis, que não dispõem de sólidas lideranças, nem estão ao alcance de negociadores pacientes como os senadores mergulhados nos problemas da UnB? É mais uma questão a preocupar os parlamentares em Brasília, já aflitos pelas ameaças que pairam sobre o mandato de alguns de seus companheiros. (...) Se de alguma forma a paz se mantiver até a quarta-feira, então entrará na ordem do dia o projeto que institui o divórcio, capaz de provocar e sustentar debates mais lúcidos e produtivos do que a origem dos discursos pronunciados pela oposição.¹⁹⁰

Segundo Bethânia Mariani, o processo em que a notícia é transformada em algo compreensível para os leitores faz parte da produção de sentidos, visando convencer os leitores. Desta forma,

¹⁸⁸ Idem, p. 24.

¹⁸⁹ Da sra. Carter ao divórcio. **Veja**. 15/06/1977, p. 20.

¹⁹⁰ Idem, p. 23.

este recurso “*cria a ilusão de uma relação significativa entre causas e conseqüências para os fatos ocorridos*” (MARIANI, 1998: 59). Neste caso, **Veja** se colocou como portadora da verdade, até mesmo descrevendo possibilidades. Além disso, o semanário buscou se colocar como portavoz dos estudantes, e tornar o movimento estudantil produto de práticas insensatas. Primeiro por dizer o que os estudantes deveriam fazer – confiar na “*boa vontade*”, e “a tempo” dos senadores, e segundo por criticar o movimento, pela falta de “*sólidas lideranças*”. Para **Veja**, em outro momento, na mesma matéria:

Se afastam suspeitas de influências externas, essa hegemonia numérica de estudantes inexperientes, traduzida com especial nitidez nas assembléias da semana passada, pode acabar fazendo o movimento percorrer traiçoeiras veredas. Assim é que, na UnB, a decisão de prosseguir a greve foi atribuída à ausência de líderes experimentados e com suficiente ascendência sobre os colegas para simplesmente propor a volta às aulas. Da mesma forma, provavelmente faltam, em diversas capitais, estudantes capazes de mostrar a seus companheiros que, em vez de marchar para confrontos certamente suicidas, talvez seja tempo de regressar às escolas e ali repensar um movimento que ainda está em busca da maturidade.¹⁹¹

Este fragmento demonstra explicitamente como a revista **Veja** ao levar “informação”, para milhares de leitores levava também seu posicionamento, sua opinião sobre os fatos. Sobretudo ao reafirmar que “*Assim é que, na UnB, a decisão de prosseguir a greve foi atribuída à ausência de líderes experimentados*”, o semanário além de se utilizar, novamente, do recurso da repetição, como parte do processo de formação de consenso, novamente parecia indicar uma solução. Tal solução “*seria a busca da maturidade*”, ou seja, **Veja** reafirma que lugar de estudantes é na Universidade, sem participação no campo político, portanto, sem protestos de rua.

Esta construção discursiva, da mesma forma, procura controlar os sentidos, como uma “*memória do futuro*”, – “*o futuro daquilo que não pode acontecer*” (MARIANI, 1998: 149). Na visão da revista os estudantes não deveriam perder seu tempo em se preocupar com os companheiros suspensos e presos durante a invasão da Universidade de Brasília, e com aqueles que foram punidos pelo reitor, por conta da passeata pelo Dia Nacional de Luta pela Anistia, que organizaram no

¹⁹¹ Da sra. Carter ao divórcio. **Veja**. 15/06/1977, p. 27.

dia 09/05/1977, a qual reuniu muitos estudantes em frente à Reitoria da UnB. O fragmento acima citado se constitui no último parágrafo desta reportagem, e somente nele podemos perceber o uso de uma série de recursos que cumprem função persuasiva, que permitiram a **Veja** dizer sua própria opinião, num espaço que, em teoria seria o da informação, do real, do fato. Além disso, vale lembrar, que o final da matéria, segundo Nilton Hernandez, é “*a parte mais lembrada da leitura*” (HERNANDES, 2004: 116).

Segundo **Veja**, uma greve nacional de protesto foi convocada por líderes de diversos Estados, que ainda estavam presos, para ser realizada em protesto contra a repressão que impediu a realização do Encontro em Belo Horizonte. A greve, entretanto, atingiu apenas a PUC e a USP, além da Universidade Federal da Bahia e UFRJ, pois a UFMG e a UnB estavam em recesso, decretado pelos reitores.¹⁹² A situação da UnB era mais crítica, pois o reitor José Carlos de Almeida Azevedo “*não hesitou em recorrer à suspensão de alunos e, quando também essa medida resultou infrutífera, à ocupação do campus por tropas da Polícia Militar*”.¹⁹³ Neste dia, em atendimento ao reitor, a polícia deveria prender “*somente os alunos cujos nomes constassem de uma lista de 63 pessoas*”. Mais do que isso, a polícia acabou, de acordo com **Veja**, prendendo outras pessoas, além de funcionários, um professor e alguns jornalistas.

1.4.3 O II dia Nacional de Luta: mais repressão

A repressão ao segundo Dia Nacional de Luta,¹⁹⁴ esteve relacionada aos estudantes universitários de São Paulo e Rio de Janeiro, uma vez que apenas estes saíram às ruas. Para Gonçalves e Romagnoli, o Dia Nacional de Luta pelo fim das prisões e das torturas, fim de todos os atos institucionais e leis repressivas, e pela liberdade de organização e manifestação, representou “*uma das maiores demonstrações de violência policial contra o movimento estudantil*” (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 30).

¹⁹² Idem, p. 26.

¹⁹³ Da sra. Carter ao divórcio. **Veja**. 15/06/1977, p. 26.

¹⁹⁴ Para Gonçalves e Romagnoli, o Dia Nacional de Luta pelo fim das prisões e das torturas, fim de todos os atos institucionais e leis repressivas e liberdade de organização e manifestação, representou “*uma das maiores demonstrações de violência policial contra o movimento estudantil*” (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 30).

Segundo **Veja**, nas demais regiões do país, como Bahia, Rio Grande do Sul e Minas Gerais, os estudantes realizaram atividades culturais, em substituição aos protestos de rua.¹⁹⁵ No Rio de Janeiro, aconteceu o “*primeiro embate da quarta-feira, que assinalou a volta às ruas dos estudantes cariocas depois de uma ausência de quase nove anos*”. Após a repressão policial, em pouco tempo, “*restavam poucos vestígios da passagem dos estudantes*”. Somado ao bloqueio, a polícia fez quatro prisões.¹⁹⁶ Em São Paulo, “*onde 32.000 policiais haviam sido destacados para a repressão às prometidas manifestações. Desse total, 2.000 ocupavam fisicamente a praça Fernando Costa*”:¹⁹⁷

Às 16h20 chegou à frente de luta o coronel Erasmo Dias, conduzindo em seu automóvel uma coleção de artefatos que constitui a última palavra em matéria de controle de multidões. (...) Bem humorado, o secretário da Segurança fez brincadeiras, espirrou gás lacrimogêneo sobre alguns jornalistas e renovou o desafio formulado na véspera: ‘Daqui não vai sair nada. Se sair, entrego o cargo’.¹⁹⁸

Entretanto, várias manifestações ocorreram, sendo que a primeira contou com a participação de cerca de 1.500 pessoas, cujas palavras de ordem eram contra a carestia, e a repressão policial. Segundo **Veja**:

Para espanto das autoridades policiais, um grupo de cinquenta estudantes juntou-se na esquina das ruas 25 de Março e General Carneiro, ao lado da praça, e entoou um primeiro refrão – ‘Liberdade! Liberdade!’ – que serviria de senha para o início da manifestação. (...) Os policiais ficaram alguns minutos estáticos – tempo suficiente para que 1500 manifestantes saíssem em passeata pela 25 de Março, conduzindo a bandeira nacional e uma faixa com os dizeres ‘Abaixo a repressão’.¹⁹⁹

De acordo com **Veja**, a manifestação foi “*saudada por chuvas de papel picado e aplaudida por comerciantes*”, e os manifestantes ao mesmo tempo, cantavam “*o Hino Nacional, o Hino da Independência e atirando ao chão vidros de amoníaco, um dos raros antídotos para o gás lacrimogêneo*”.

¹⁹⁵ As incertezas da trégua. **Veja**. 22/06/1977, p. 22.

¹⁹⁶ Idem, p. 23.

¹⁹⁷ Idem, p. 23.

¹⁹⁸ Idem, p. 23.

¹⁹⁹ As incertezas da trégua. **Veja**. 22/06/1977, p. 23.

A partir disso foram iniciadas as prisões e “*uma seqüência de manifestações que só cessaria três horas mais tarde*”:

Até o final da noite seriam detidas 91 pessoas, entre elas o ator Renato Consorte e as atrizes Ruth Escobar, Ruthinéa de Moraes e Yara Amaral. Todos os presos foram conduzidos ao DEOPS, interrogados, fichados – e liberados em seguida.²⁰⁰

A revista deu indícios de que sua cobertura jornalística foi fiel aos fatos, pontuando os mais diversos aspectos da situação como, por exemplo, ter demonstrado que outros segmentos sociais apoiavam as manifestações. Apesar disso, **Veja**, sempre colocou seu posicionamento, explicitamente ou não, em algum trecho das matérias e procurou, dessa forma, deslegitimar o movimento.

Veja relatou que a polícia ameaçou invadir a faculdade, pois as pessoas haviam se refugiado lá “*ante a severa barragem de jatos de água e gás lacrimogêneo (...) onde aconteceriam desmaios, correrias e um princípio de pânico*”. De acordo com a revista a manifestação chegou ao fim somente quando o diretor da faculdade, Ruy Barbosa Nogueira, conseguiu estabelecer um acordo com o secretário da Segurança, em que os estudantes não seriam “*molestados se saíssem em pequenos grupos*”, mas ainda assim foram realizadas mais três prisões.²⁰¹

A partir do que foi exposto e da leitura das matérias por inteiro, podemos perceber que a palavra repressão possui vários significados para **Veja**, pois num dos subtítulos, dessa mesma matéria – “*Jornalistas agredidos*”, a revista relata que “*lances especialmente dramáticos pontilharam as três horas de tumulto*”, e que a violência policial deixou suas marcas em vários jornalistas. Ou seja, para o semanário, reprimir, usar de violência para com os estudantes é algo comum e esperado, mas a violência contra jornalistas é caracterizada como algo trágico.

Ainda nesta matéria **Veja** informou que o Conselho Universitário da UnB confirmou as punições aplicadas aos dezesseis alunos. E mencionou que “*agentes da Polícia Federal prenderam os estudantes João Simplicio Martins, José Ralf Campos e Antônio Ramayana*”, sendo que um deles “*foi retirado do interior do carro pelos agentes*”.²⁰² Porém,

²⁰⁰ Idem, p. 23.

²⁰¹ Idem, p. 24.

²⁰² As incertezas da trégua. **Veja**. 22/06/1977, p. 24.

cabe aqui ressaltar que a prática da revista em informar sobre a prisão de estudantes, não segue um mesmo padrão, pois até esse momento específico, muito raramente **Veja** citou os nomes dos presos.

1.4.4 “Silêncio na UnB”

O recesso de 32 dias decretado pelo reitor da Universidade, somado à greve geral que possuía quase um mês de duração, “*não dissolveu a tensão que paira sobre o campus nem resolveu a crise gerada pela punição imposta a dezesseis alunos*”.²⁰³ Segundo **Veja**, no Congresso o senador Marcos Freire pediu a demissão do reitor. Além disso, uma missa – dedicada a sete estudantes presos, foi realizada no Santuário de Fátima, onde havia mais de 2.000 estudantes, pais de alunos, professores, advogados e jornalistas. Policiais que observaram a movimentação acabaram prendendo “*dois advogados, dois estudantes e a repórter Eliane Cantanhede, de VEJA*”, os quais foram liberados sem explicações, segundo a revista. Por outro lado, a reportagem destaca que:

Um dos raros professores presentes ao campus desabafa para VEJA: ‘A antipatia ao reitor é o ponto que une professores, alunos e funcionários da UnB, e a cada ato de força o movimento ganha novas adesões. (...) Até maio, de fato, quando ocorreram as punições aos dezesseis alunos, a agora explosiva movimentação estudantil permanecia limitada a tímidas campanhas contra o jubileamento ou pela redução do preço das refeições no restaurante universitário.’²⁰⁴

Dessa forma, a revista mais do que procurar “explicar” o que motivou a “*efervescência estudantil*” tentou criar o sentido de que o movimento que estava se fortalecendo na UnB possuía um único objetivo: lutar contra o reitor. **Veja** reforçou este sentido em outros trechos da reportagem. No Santuário de Fátima, por exemplo, “*a multidão no templo rezou em coro – entoando com especial veemência uma ‘prece para que o reitor seja um educador e não um policial no campus*’”.²⁰⁵

203 Silêncio na UnB. **Veja**. 29/06/77, p. 30.

204 Idem, p. 30.

205 Silêncio na UnB. **Veja**. 29/06/77, p. 30.

1.4.5 Buscando o entendimento?

A matéria “Lista incompleta” noticia que “*mais prisões deverão ocorrer*” e que “*todos poderão ser enquadrados na Lei de Segurança Nacional*”, pois foram apontados como “*responsáveis pelas manifestações que desde maio vêm sacudindo a UnB*”.²⁰⁶ Ao mesmo tempo **Veja** apontou para um possível “*recrudescimento do movimento estudantil*” e que o MEC apesar de saber que isso seria “*inevitável*”, o ministro da Educação Ney Braga, no entanto, “*continua aparentemente decidido a não interferir na questão da UnB, em respeito à autonomia universitária*”.²⁰⁷ Ou seja, a revista procurou articular um entendimento entre estudantes e o governo a fim de impedir que no segundo semestre, o movimento tivesse mais força, mais experiência, mobilizando mais setores em apoio a suas reivindicações.

Já em “Diálogo parcial”,²⁰⁸ ao se referir ao reitor da UnB, **Veja** afirmou que este “*sem maiores dúvidas*” não tinha interesse em dialogar com os estudantes, tanto que “*ele chegou a distribuir carta em que insinua relações do movimento estudantil com o comunismo internacional*”.²⁰⁹ Por outro lado, “*já em Santa Catarina houve início de diálogo, pelo menos material, entre estudantes e autoridades, com a liberação de verba para o encontro de estudantes de Medicina*”.²¹⁰

Na semana seguinte a matéria “*Sem diálogo*” procurou mostrar que o 9º Encontro Científico de Estudantes de Medicina do Brasil “surpreendeu” a todos, já que segundo declaração dos estudantes à **Veja**: “*apesar da constante tentativa de descaracterização do nosso movimento pelos órgãos de repressão, a realização do 9.º Encontro traduz na prática um dos avanços do movimento estudantil hoje no Brasil*”. Na seqüência o semanário destacou: “*não ocorreu nenhum incidente*” em Santa Catarina e que a reunião, – o 9.º Encontro, era “*plenamente legal e autorizada*”. No entanto:

Agentes policiais indistintamente percorreriam constantemente o campus da Universidade Federal de Santa Catarina, reunidos na sede do Encontro – e à noite a cavalaria da Polícia Militar realizava constantes e indiscretas rondas.²¹¹

²⁰⁶ Lista incompleta. **Veja**. 06/07/1977, p. 31.

²⁰⁷ Idem, p. 31.

²⁰⁸ Diálogo parcial. **Veja**. 13/07/1977, p. 86.

²⁰⁹ Idem, p. 87.

²¹⁰ Idem, p. 86.

²¹¹ Sem diálogo. **Veja**. 20/07/1977, p. 95.

No Encontro, **Veja** enfatizou que “*falou-se ideologicamente de medicina*”, pois segundo a revista, os estudantes contestaram o ensino porque “*hoje a função do médico é trabalhar para a classe social que tem dinheiro*”, referindo-se a especializações como emagrecimento e cirurgia plástica. A revista argumentou que “*Simplificações dessa ordem acabaram tirando qualquer seriedade à maior parte dos debates*”. Mas o fato que marcou o Encontro foi a concentração de aproximadamente 1.000 estudantes no ginásio de esportes, que:

Entoaram em coro palavras de ordem que começavam com ‘Por melhores condições de ensino, mais verbas para a educação’ e terminavam com ‘pela anistia ampla e irrestrita a todos os presos, banidos, exilados, cassados e perseguidos políticos’.²¹²

Segundo a revista, isso representou “*a politização, agora clara, do 9.º Encontro, financiado com 400.000 cruzeiros do governo federal*”.²¹³ Esta afirmação demonstra duplamente como **Veja** procurava colocar um ponto final aos protestos estudantis. Primeiro por contestar a politização, ou seja, a participação política dos estudantes, pois ela não permitiu o diálogo entre estudantes e governo. Além disso, a revista criticou o governo de forma velada, afirmando que ele próprio financiou tal politização.

Na edição seguinte, a matéria “*Fim de férias*” noticiou que apesar dos nove presos terem sido libertados, já em semanas anteriores, o reitor da UnB decidiu “*expulsar da Universidade 30 estudantes e suspender outros 34 por períodos que variam entre cinco e 90 dias – e a calma se viu logo posta à prova*”. Embora, de acordo com “*Eliane Cantanhede, da sucursal de VEJA, em Brasília, o MEC, fez várias gestões informais junto à reitoria da UnB, no sentido de que não houvesse punições graves*”.²¹⁴

Para a revista, no entanto, tal postura devia-se a “*uma barreira política*”, já que fontes do próprio governo “relataram” que a utilização

212 Idem, p. 95.

213 Idem, p. 95.

214 Fim de férias. **Veja**. 27/07/1977, p. 27.

215 **Veja** fez menção em outras matérias, que o ministro da Educação Ney Braga, possuía interesse em disputar o cargo de governador do Estado do Paraná.

216 O Decreto-lei 477 surgiu em decorrência do Ato Institucional nº 5, em fevereiro de 1969, como um instrumento de repressão. O decreto previa punição aos estudantes universitários, professores e funcionários que realizassem qualquer tipo de atividade política, dentro do *campus* ou fora dele. Os estudantes eram suspensos por três anos, ficavam dessa forma, impedidos de fazer matrícula em qualquer Universidade do país. Já para os professores e funcionários a punição era de cinco anos. O decreto a partir de 1974 apesar de continuar em vigor não foi mais acionado.

do 477 afetaria “a imagem liberal” de Braga²¹⁵, pois o 477²¹⁶ não foi acionado na administração do ministro. Portanto, podemos considerar isso como mais uma crítica ao governo, por que a revista buscou construir discursivamente o sentido de que se o decreto tivesse sido colocado em prática, a movimentação estudantil já teria chegado ao fim.

Com o fim do recesso na UnB, as tropas policiais voltaram a ocupar a Universidade, e o semanário trouxe o tema como matéria de capa. Tal edição se diferencia das outras por trazer um novo posicionamento da revista. Este se constitui em um novo recurso da mesma, a qual, em vez de contestar a participação política dos estudantes, critica o modo como se tem tratado o assunto. **Veja** procurou mostrar que para acabar com a “crise estudantil” as autoridades não deveriam se preocupar com os “limites” do movimento estudantil:

Muito mais sensato é encarar de frente um fato até certo ponto simples: a Universidade em qualquer sociedade que se preze, é um palco natural de manifestação política, e faz parte da própria natureza dos estudantes empolgar-se com as possibilidades de participação na vida do país.²¹⁷

Ou seja, a revista confere um caráter de legitimidade ao movimento. Ao mesmo tempo, o semanário destacou que “uma vez aceito esse fato da vida, o país descobriria que pode absorver muito bem a inquietação dentro das Universidades”,²¹⁸ limitando novamente o movimento à Universidade ou a questões a ela referente. Portanto, a legitimidade somente seria conferida ao movimento caso este atendessem às limitações impostas por **Veja**.

Ainda no editorial, ao supor que os estudantes poderiam ser idealistas e portadores de planos radicais, indagou: “mas se os estudantes não forem idealistas e generosos agora, quando o serão?”. Para responder tal questão, **Veja** da mesma forma, faz outra pergunta ao citar e refutar o argumento de que os estudantes poderiam optar pela Arena e MDB:

Mas como pedir aos estudantes um genuíno interesse por essas agremiações, quando o próprio governo, por seus atos concretos, mostra tão pouco apreço pelos partidos como fontes legítimas de poder político?

²¹⁷ Carta ao leitor. **Veja**. 03/08/1977, p. 15. Grifos meus.

²¹⁸ Idem, p. 15.

O não entendimento dessas questões, repetidamente, tem levado a Universidade a momentos de crise.²¹⁹

Portanto, a partir disso podemos observar que **Veja** com intuito de buscar um entendimento, desistiu da busca pelo diálogo, e começou a contestar mais abertamente as atitudes do governo. Ao mesmo tempo em que podemos perceber que a revista a todo o momento procurou indicar um caminho, isto é, apresentar soluções, tanto em relação ao próprio movimento estudantil, como em relação aos atos do governo.

É possível perceber que no processo de produção de sentidos **Veja** se valeu de mais de um recurso discursivo para conter a dimensão a que chegou a participação política dos estudantes no ano de 1977. Num primeiro momento a revista parece indicar que a repressão através de meios mais eficientes colocaria fim aos protestos de rua, como a utilização do Decreto-lei 477, o qual tinha o poder de deixar o estudante universitário fora da Universidade durante três anos. Já a partir da edição de 03/08/1977, a revista passou a afirmar que a participação política dos estudantes era algo natural, logo, a melhor solução que o governo deveria encaminhar seria a instalação do pluripartidarismo.

A matéria jornalística apresentou sinteticamente a história da UnB, demonstrando que a Universidade de Brasília sempre passou por momentos de crise. Segundo **Veja**, a ocupação da UnB era fruto do “*desdobramento de inquietações anteriores registradas no movimento estudantil brasileiro*”, provocando “*quase 300 detenções, catorze prisões com incomunicabilidade por dez dias e o enquadramento de 28 alunos na Lei de Segurança Nacional*”,²²⁰ sem aplicação do “temido” Decreto-lei 477.

Em reportagens posteriores a essa, **Veja** noticiou como a repercussão da repressão aos estudantes da UnB se converteu em ações concretas em vários estados no país. Dentre as mais ousadas se configurou a greve em solidariedade aos estudantes da Universidade de Brasília realizada pelos estudantes da USP. Além disso, os estudantes organizaram uma passeata, na qual “*promoveram o ‘enterro simbólico’ do reitor da UnB, conduzindo um caixão de madeira pintado de preto, com uma suástica nazista – e, num caixão menor o ‘feto dos estatutos da USP’*”.²²¹

219 Idem, p. 15.

220 As tropas voltam à Universidade. **Veja**. 03/08/1977, p. 16.

221 Agora em duas frentes. **Veja**. 10/08/1977, p. 30.

Segundo Gonçalves e Romagnoli, foram realizadas manifestações semelhantes em estados como Rio de Janeiro e Minas Gerais e “o caso UnB” suscitou protestos de outros setores, como a Ordem dos Advogados do Brasil, a Igreja, parlamentares e entidades ligadas à defesa dos Direitos Humanos (GONÇALVES & ROMAGNOLI, 1979: 29).

Nas semanas seguintes o semanário continuou a relatar a “crise da UnB”, já prolongada há quase três meses, com as atividades parcialmente paralisadas. A partir disso, ao noticiar as manifestações ocorridas em outras Universidades, **Veja** optou por não expressar as demais palavras de ordem do movimento, restringindo o movimento à crítica ao reitor da Universidade de Brasília: “*Até que ponto resistirá seu mais notório traço de união no movimento: a campanha pela demissão do reitor José Carlos de Almeida Azevedo, da Universidade de Brasília (UnB)*”.²²² No entanto, percebe-se através das fotos publicadas na revista que havia faixas com dizeres como “*Liberdades Políticas para trabalhadores, estudantes e oprimidos*” ou ainda “*por uma Constituinte Soberana e Democrática*”.²²³

Diferentemente das manifestações dentro do campus, as manifestações pelo III Dia Nacional de Lutas, em que os “*universitários saíram às ruas para pedir liberdades democráticas e enfrentar tropas militares fortemente armadas*” provocaram mais atos repressivos e “*muita violência*”.²²⁴ Em Porto Alegre “*foram cinco horas de agitação, com resultado que não se registrava desde os tumultuados dias de 1968: 32 prisões, dezenas de feridos, quatro soldados hospitalizados e sete jornalistas agredidos a cassetete*”. Já em São Paulo, segundo **Veja**, ocorreu “*uma centena de prisões, dezenas de feridos, jornalistas espancados e muita correria e confusão*”. Os estudantes de Campinas, nas palavras do semanário, foram “*espancados e pisoteados, enquanto o comandante da companhia de choque gritava: ‘Sejam patriotas, empurrem essa turma para fora’*”. Para a revista:

No final da semana havia o temor de que novas manifestações venham a provocar igual ou mais violenta repressão – pois, na sua escalada, os jovens programavam rearticular, ainda este mês, a extinta União Nacional dos Estudantes.²²⁵

222 O “3º estágio”. **Veja**. 24/08/1977, p. 24.

223 Idem, p. 24.

224 A escalada da violência. **Veja**. 31/08/1977, p. 28.

225 Idem, p. 28.

De acordo com o título da matéria e com este trecho, a ação repressiva do Estado seria provocada pelos próprios estudantes. Ou seja, mais uma vez a revista não questionou a violência e a brutalidade da ação policial, preocupou-se somente em “identificar” um culpado.

1.4.6 **Veja naturalizando a violência: repressão dentro da PUC-SP**

A “Carta ao leitor” como podemos observar não é o único espaço destinado à opinião da revista. Dessa forma é possível perceber que **Veja** na edição de 28/09/1977 (editorial assinado por Sérgio Pompeu) buscou legitimar o trabalho jornalístico e a “liberdade de imprensa”, já que há cerca de um ano não era mais censurada. Para este editorial, “*a semana passada foi especialmente estimulante para a redação de **Veja***”. Pois seus repórteres “*seguiram com o senador Teotônio Vilela num intenso roteiro de conferências em favor da democracia, tema da reportagem de capa*”. De outro lado seus repórteres e fotógrafo tiveram uma “*experiência mais excitante*” ao cobrirem “*um entrevero entre policiais e estudantes*”, comparando com uma reportagem sobre os oitenta anos do papa, em Roma.²²⁶ Ou seja, já no editorial, mesmo sem expressar as razões dos protestos estudantis e suas campanhas, **Veja** apontou que tipo de movimento possuía legitimidade para lutar pela democracia – os políticos da Arena e do MDB.

Porém, é preciso destacar, segundo Marcos Napolitano, que o movimento estudantil se reconstruiu sob o “*impacto da derrota da luta armada*”, a partir disso as “práticas conspiratórias” foram substituídas pelos atos públicos e protestos, e o movimento, como a esquerda, passou a se organizar em torno do tripé, “*basismo, autonomia e pacifismo*”. Deste modo, a questão democrática foi inserida no espaço público a partir do movimento estudantil de 1977 (NAPOLITANO, 2002: 35-57). Nesse sentido:

Não que a maior parte das tendências estudantis não representasse a si mesmas como ‘revolucionárias’, mas de fato, o sentido prático das lutas de 1977 era a ampliação dos espaços da ‘democracia’ e não a preparação da ‘revolução’ (NAPOLITANO, 2002: 42).

226 Carta ao leitor. **Veja**. 28/09/1977, p. 19.

Os estudantes iniciaram o processo de “*repolitização das ruas*”, para utilizar uma expressão de Napolitano. Ainda segundo este autor, o movimento estudantil foi acusado de ter se transformado num movimento “*liberal e conciliador*”, por lutar pelas liberdades democráticas. No entanto, após a despolitização causada pelo AI-5, o próprio movimento estudantil reconhecia que a “*maior virtude*” do movimento era ter lutado pela ampliação do espaço político, na luta pela democracia. (NAPOLITANO, 2002: 43).

Já na seção Estudantes, intitulada “*A Universidade invadida*” **Veja** procurou relatar detalhadamente como ocorreu a intervenção policial na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC-SP, cujo *campus* estava sendo palco de um ato público em protesto contra a repressão ao III Encontro Nacional dos Estudantes, na Universidade de São Paulo, o qual mesmo tendo sua realização proibida (“sem violência”), fora realizado pelos estudantes na PUC-SP, no dia seguinte. O ato também visava tornar públicas as deliberações tomadas no encontro – para reconstruir a União Nacional dos Estudantes, UNE.²²⁷

A operação policial esteve sob o comando do secretário da Segurança Pública, coronel Antônio Erasmo Dias, que reprimiu dois mil estudantes com “*700 soldados de três batalhões de choque da Polícia Militar, e os 200 agentes à paisana do Departamento Estadual de Ordem Política e Social*”²²⁸ – DEOPS. Diante de tamanha repressão, em que além de dar prejuízos materiais à Universidade, também deixaram estudantes gravemente feridos, **Veja** deu voz ao coronel para que pudesse se defender, este argumentou:

*Não tivemos outra alternativa a não ser invadir (...) Neste episódio tivemos o desprazer de ter alguns feridos, consequência do desconhecimento quanto às bombas de gás lacrimogêneo. (...) Nós nos responsabilizamos financeiramente pelos prejuízos, mas não moralmente, pois estávamos lá cumprindo a lei.*²²⁹

No fragmento acima, a fala do secretário da Segurança Pública em destaque caracterizou a repressão policial como algo natural, cujo sentido demonstra a violência como indispensável para a “manutenção

227 A Universidade invadida. **Veja**. 28/09/1977, p. 31.

228 A Universidade invadida. **Veja**. 28/09/1977, p. 31.

229 Idem, p. 33. Grifos meus.

da ordem pública”. Segundo o semanário “ninguém escapou à ofensiva dos policiais. Brandindo seus cassetetes eletrificados, eles arrombaram portas, quebraram janelas, destruíram equipamentos”.²³⁰ Ainda se referindo a Antônio Erasmo Dias, **Veja** assegurou que ele reconheceu que “houve alguns excessos”, mas “tudo dentro de controle”. Em seguida, **Veja** finalizou com uma afirmação do coronel:

Nós já estamos cansados. A polícia já está cansada. Eu gostaria de lembrar que este foi o décimo capítulo desta novela neste ano, e o sétimo apenas no segundo semestre. Tudo isso configura um quadro de guerra psicológica adversa e um prólogo para uma fase de guerra revolucionária. Quem está por trás disso é o *Peceseão*.²³¹

Ao mesmo tempo em que se nota a presença do anticomunismo na revista, em relação ao movimento estudantil, podemos perceber que **Veja** utilizou a incorporação de falas oficiais, de “autoridades no assunto”, para transmitir a posição da revista, que defende implicitamente a volta das liberdades democráticas, mas sem protestos, isto é, dentro da ordem, e em sintonia com o projeto de distensão do governo. Isso também fica claro quando **Veja** ao comentar sobre as prisões de estudantes que aconteceram durante a semana, após a invasão da PUC, expressa sua apreensão,

Sabe-se, porém, que havia um clima de preocupação tanto nos órgãos de segurança quando no palácio do governo, não apenas pelos incidentes ocorridos, mas também pelas *sombrias* perspectivas desta semana. Os universitários marcaram novas manifestações públicas de protesto e prometem continuar em sua campanha por ‘liberdades democráticas, Assembléia Constituinte e anistia ampla e irrestrita’, palavras de ordem que passaram a animar o movimento estudantil de uma maneira geral.²³²

Portanto, a revista mesmo defendendo um projeto “democrático”,²³³ não admite a participação política dos estudantes, pois há um aparente apoio à repressão desses movimentos. Apreende-se que **Veja** buscou criar uma sensação de pânico entre os estudantes,

230 Idem, p. 31.

231 Idem, p. 33. Grifo da revista.

232 A Universidade invadida. **Veja**. 28/09/1977, p. 34. Grifos meus.

233 O projeto democrático em **Veja** demandaria uma outra pesquisa, buscando aprofundar as reflexões já existentes.

através da expressão *sombrias*, no sentido de aconselhá-los para que não saíssem às ruas em protestos, evitando a prisão e a aplicação da lei de Segurança Nacional. Notamos aqui, que mais uma vez a revista naturalizou a repressão ao movimento estudantil.

Na reportagem “*Provas de Fogo*”, publicada no dia 09/11/1977, **Veja** trouxe informações sobre os ferimentos supostamente causados por bombas de gás lacrimogêneo em cerca de onze “moças”, das quais várias tiveram queimaduras de terceiro grau, e uma continuava internada, depois de um mês e meio da invasão da PUC, pois tivera que passar por “cinco operações”.²³⁴

Por outro lado, o jornal **Movimento**, publicado em agosto de 1978, procurou demonstrar que as bombas lançadas nos manifestantes na noite de 22/09/1977 foram adquiridas nos Estados Unidos, como equipamentos militares para “*controle de multidões*” e na “*luta contra o terrorismo*”. Ou seja, não se tratava de bombas de gás lacrimogêneo ou de efeito moral, pois estas, de acordo com o jornal, não deixariam ferimentos tão graves quanto aqueles diagnosticados nas estudantes atingidas.²³⁵

A repercussão da invasão da PUC, segundo Napolitano, refletiu “*nacional e internacionalmente, entre diversas lideranças políticas e sociais*” (NAPOLITANO, 2002: 56). Tanto que uma Comissão Especial de Inquérito foi organizada para investigar a extrema violência e as condições em que se deu a repressão. De acordo com outra matéria do jornal **Movimento**, ao se referir ao tratamento das estudantes atingidas pelas bombas, afirmou, “*este crime não foi pago*”.²³⁶

1.4.7 “*A questão estudantil*”

Sobre o ano de 1977 cabe ainda destacar a matéria que **Veja** publicou em 23/11/1977, cujo título é “*A questão estudantil*”,²³⁷ em que apresenta os resultados de uma pesquisa encomendada ao Instituto Gallup de Opinião Pública. Tal matéria procura ser:

234 Provas de Fogo. **Veja**. 09/11/1977, p. 21.

235 O mistério das bombas que queimam. **Movimento**, n. 157, 03/08/1978, p. 3-4. Ver mais em “registros da imprensa da época” na página “Noite de Violência: A invasão da PUC-SP em 1977”.

236 Este crime não foi pago. **Movimento**, n. 157, 03/08/1978, p. 3. Ver mais na página “Noite de Violência: A invasão da PUC-SP em 1977” no Portal da Fundação Perseu Abramo n. 57.

237 A questão estudantil. **Veja**. 23/11/1977, p. 114.

Um indicador seguro dos desejos e das inquietações capazes de alimentar manifestações como as de 1977. Além de revelar as várias facetas do pensamento de um segmento que hoje reúne cerca de 1,2 milhão de estudantes.²³⁸

Segundo Pierre Bourdieu o conceito de opinião pública não existe, isto é, não existe no sentido que os institutos atribuem a ele. Pois ocorre que os institutos de pesquisa se utilizam desta concepção para justificar determinadas posições e interesses políticos. Uma vez que tais pesquisas implicam, *“toda uma série de distorções observadas mesmo quando todas as condições de rigor metodológico são obedecidas na coleta e análise dos dados”* (BOURDIEU, 1987: 138).

Para Bourdieu este conceito na visão dos institutos pressupõe uma realidade objetiva, em que não há espaço para argumentação, por isso são “recheadas” de estatísticas. Podemos afirmar o mesmo em relação à matéria publicada por **Veja**, a qual possui vários quadros estatísticos, desde gráficos e tabelas sobre a qualidade dos cursos, até a participação em protestos, nas quais observa-se que as respostas se limitam a responder “sim, não ou depende”. Ou seja, não podem ser consideradas como a opinião do conjunto dos estudantes.

Neste caso a revista apresentou a conclusão de que a maioria dos estudantes estava insatisfeita com a política do governo e a realidade das Universidades brasileiras. Além disso, os estudantes aspiravam participar politicamente para mudar este quadro. Todavia, esta maioria, segundo a referida pesquisa, era “moderada”. Portanto, para a revista:

Parece decididamente inviável, de todo modo, uma eventual reedição dos dramáticos idos de 1968, quando o desencanto dos militantes de um movimento bruscamente reprimido compeliu centenas deles à desastrosa adesão à guerrilha urbana. Hoje, todas as correntes que influenciam a participação política na Universidade partilham a certeza de que as táticas pacifistas aplicadas desde março devem ser mantidas a qualquer custo, por mais violenta que seja a reação policial.²³⁹

Com isso, podemos perceber que uma característica marcante da produção jornalística em **Veja** é a sua “versatilidade” em dizer o mesmo: a revista procurou até este momento, final de 1977, construir

238 Idem, p. 115.

239 Idem, p. 115.

o sentido de que as idéias dos estudantes não eram mais as mesmas e que a participação política destes, não deveria romper as barreiras da Universidade. Ou seja, a revista desenvolveu uma campanha sistemática para conter a reorganização dos estudantes. O movimento estudantil estava ganhando força a nível nacional, reivindicando uma democracia que atendesse aos interesses da maioria da população, o que foi de encontro à posição de **Veja** – expressivo partido burguês no Brasil. Deste modo, é necessário destacar que a revista possuiu uma dupla atuação: “orientar” e “alertar” os estudantes. Indicar o que o movimento deveria fazer ao noticiar suas ações, de forma bastante interessada como mostramos neste artigo. E ao mesmo tempo solicitar e legitimar a repressão, quando julgava necessário.

Referências:

ABRAMO, Perseu. *Padrões de manipulação na grande imprensa*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2003.

ABREU, Alzira Alves de. *Dicionário histórico brasileiro pós – 1930*. Ed Rev. Atual. Rio de Janeiro: EFGV, CPDOC, 2001.

ALVES, Ronaldo Sávio Paes. *Legitimação, publicidade e dominação ideológica no governo Médici (1969-1974): a participação da iniciativa privada no esforço de legitimação. Estudo de inserções publicitárias na mídia impressa*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2000.

BOURDIEU, Pierre. “A opinião pública não existe”. IN: THIOLENT, Michel J. M. *Crítica metodológica, investigação social e enquete operária*. São Paulo: Polis, 1987.

GAZZOTTI, Juliana. *Imprensa e ditadura: a revista Veja e os governos militares (1968-1985)*. Dissertação de Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Federal de São Carlos, 1998.

GONÇALVES, Tânia & ROMAGNOLI, Luiz. *A volta da UNE*. De Ibiúna a Salvador. São Paulo: Editora Alfa-Ômega, 1979.

HERNANDES, Nilton. *A revista Veja e o discurso de emprego na globalização*. Salvador, Edufba, 2004.

KUCINSKI, Bernardo. *Abertura, a história de uma crise*. São Paulo: Editora Brasil Debates, 1982.

_____. *Jornalistas e Revolucionários: nos tempos da imprensa alternativa*. São Paulo: Editora Página Aberta, 1991.

MARIANI, Bethânia. *O PCB e a imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais. 1922-1989*. São Paulo, Revan, 1998.

MARTINS FILHO, João Roberto. *Movimento Estudantil e Ditadura Militar: 1964 – 1968*. São Paulo: Papirus, 1987.

_____. *Rebelião estudantil: 1968 – México, França e Brasil*. Campinas: Mercado de Letras, 1996.

MATHIAS, Suzeley Kalil. *Distensão no Brasil: O projeto militar (1973-1979)*. Campinas: Papirus, 1995.

MORETZSOHN, Sylvia. *Jornalismo em tempo real*. Rio de Janeiro: Revan, 2002.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura e Poder no Brasil Contemporâneo*. Curitiba: Juruá, 2002.

PAES, Maria Helena Simões. *A década de 1960: Rebelião, Contestação e repressão política*. 4ª ed. São Paulo: Ática, 1997.

POERNER, Artur José. *O Poder Jovem: História da Participação Política dos Estudantes Brasileiros*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1978.

SILVA, Carla Luciana. *Veja: o indispensável partido neoliberal (1989-2002)*. Tese de Doutorado em História. Universidade Federal Fluminense, 2005.

SOUZA, Ulysses Alves. A História Secreta de Veja. IN: *Imprensa*, São Paulo, setembro de 1988.

SPARANO, Marco. *A repressão às “drogas” nas páginas de VEJA (1968-1982)*. Dissertação de Mestrado em História. Universidade Federal Fluminense, 2002.

UNIÃO NACIONAL DOS ESTUDANTES. *60 anos a favor do Brasil*. Rio de Janeiro: ANC Comunicação e Marketing, 1997.

Artigo recebido em 03/05/2007 – Artigo aceito em 12/06/2007.